

CONTRATO nº 04/SUB-LA/2021

Objeto: FORNECIMENTO DE **AREIA MÉDIA LAVADA** ÀS SUBPREFEITURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SPUA, conforme o Anexo I – Especificações Técnicas do Edital relativo ao Pregão Eletrônico nº 038/SMSUB/COGEL/2019.

PROCESSO 6044.2021/0000483-6

PROCESSO ATA 6012.2019/0001089-7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/SMSUB/COGEL/2019

VALOR: R\$26.340,00 (vinte e seis mil, trezentos e quarenta reais)

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SUBPREFEITURA LAPA

CONTRATADA: AA PEDRA BRUTA COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um (28/05/2021), na sede da SUBPREFEITURA LAPA, presentes de um lado a **SUBPREFEITURA LAPA**, sediada à Rua Guaicurus, 1000 - Lapa - São Paulo/SP, neste ato, representada pelo **Sr. CAIO VINICIUS DE MOURA LUZ**, Subprefeito, **RG Nº 46.628.809-6, CPF Nº 358.363.408-03**, em conformidade com o Título de Nomeação 231, de 18/03/2021 e ora denominada **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **AA PEDRA BRUTA COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME CNPJ Nº 16.907.212/0001-97**, sediada à Rua Nilópolis, 24 - Jardim Cumbica - Guarulhos - SP- telefone (11) 4378-0131 - e-mail pedrabruta2017@outlook.com, representada pela **Sra. MARIA ALICE GOMES LOPES**, RG Nº 10.221.912-6, CPF Nº 003.156.388-00, sua representante legal, devidamente conforme documento comprobatório apresentado, ora denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado a execução deste instrumento, o que fazem com base no disposto na Ata de R.P. nº 36/COGEL/SMSUB/2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/02 e, no que couber, da lei municipal nº 13.278/02, decretos municipais nº 44.279/2003, nº 54.102/13, nº 43.406/02, nº 46.662/2005 e nº 56.144/2015, conforme autorização contida no processo mencionado em epígrafe, bem como observadas as Cláusulas e condições a seguir pactuadas, sem prejuízo daquelas previstas no Edital de Pregão nº 038/SMSUB/COGEL/2019 e na Ata de Registro de Preços nº 36/SMSUB/COGEL/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 FORNECIMENTO DE AREIA MÉDIA LAVADA À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SPUA conforme o Anexo I - Termo de Referência do Edital relativo ao Pregão Eletrônico nº 036/SMSUB/COGEL/2019.


CIDADE DE
SÃO PAULO
 SUBPREFEITURAS
SUBPREFEITURA LAPA

1.1 Deverão ser observadas todas as especificações contidas na Ata de Registro de Preços nº 036/SMSUB/COGEL/2019 e a Proposta da contratada encartada inserida no Processo Administrativo nº 6012.2019/0001089-7.

1.2. Serão fornecidos os materiais nas seguintes condições:

Agrupamento	Unidades Administrativas	Descrição do Produto	Quantidade mensal (m ³)	Valor Unitário (R\$) Areia média Lavada	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (3 meses) (R\$)
XVI	SP-LA	AREIA MÉDIA LAVADA	100	R\$82,06	R\$8.206,00	Principal R\$24.618,00 estimativa reajuste R\$1.722,00 (7%) Total R\$26.340,00

O valor unitário é de R\$ 32,06 (oitenta e dois reais e seis centavos).

Valor mensal estimado é de R\$8.206,00 (oito mil, duzentos e seis reais).

Valor total estimado para 3 meses é de R\$24.618,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e dezoito reais) – valor principal, R\$1.722,00 (hum mil, setecentos e vinte e dois reais) – estimado para reajuste de 7%, totalizando R\$26.340,00 (vinte e seis mil, trezentos e quarenta reais).

1.2.1. Os materiais deverão ser entregues no endereço Rua Capitão Jose Inácio do Rosário, 118, Lapa de Baixo – São Paulo – SP – CEP 05038-070 de forma parcelada 3 (três) vezes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo para a entrega é de 05 (dias) dias corridos após emitida a requisição.

2.1.1. O prazo para entrega poderá ser prorrogado a critério da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO

3.1 A vigência do contrato será até 31/12/2021, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos da legislação vigente.

3.2 Na hipótese de a Contratada manifestar a sua intenção de não prorrogá-lo, deverá fazê-lo no prazo de, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término do contrato.

3.3 Fica, em qualquer hipótese, assegurado à Contratante, no interesse público, o direito de exigir que a Contratada prossiga na execução do contrato pelo período de até 03 (três) meses após o término do prazo contratual, a fim de se evitar brusca interrupção dos serviços e prejuízo à Administração.



3.4 As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

3.5 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à Contratada direito a qualquer espécie de indenização. Não obstante o prazo estipulado no item 3.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

4.1 Para garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, a Contratada apresentou seguro garantia no valor de R\$526,80 (quinhentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), com vencimento para 31/03/2022.

4.2 Na hipótese de aumento do valor do Contrato a Garantia deverá ser reforçada na mesma proporção e, na hipótese de prorrogação de prazo, o mesmo deverá ser dilatado na mesma proporção quando se tratar de Garantia efetuada em Fiança Bancária ou Seguro Garantia.

4.3. A Garantia efetivada, que servirá à fiel execução do Contrato, será restituída, mediante requerimento, após o Recebimento Definitivo dos produtos.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO

5.1. A quantidade total contratada é de 300 m³ (trezentos metros cúbicos).

5.2. O valor unitário do item é de R\$82,06 (oitenta e dois reais e seis centavos).

5.3. O valor total estimado do presente Termo de Contrato é de R\$24.618,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e dezoito reais) – valor principal, R\$1.722,00 (mil, setecentos e vinte e dois reais) – estimado para reajuste de 7%, totalizando R\$26.340,00 (vinte e seis mil, trezentos e quarenta reais).

5.4. O(s) preço(s) a ser(em) pago(s) à Detentora, será(ão) o(s) vigente(s) na data da "Requisição/Pedido", independentemente da data da entrega do(s) material(is).

5.5. O(s) preço(s) referido(s) constituirá(ão), a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento do(s) material(is) objeto deste contrato, incluído frete até os locais a serem designados pela Prefeitura.

5.6. Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação nº 48.00.48.10.15.452.3022.2.339. 3.3.90.30.00.00 do orçamento vigente, através da Nota de Empenho nº 40157/2021, no valor de R\$24.618,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e dezoito reais) e Nota de Empenho nº 40160/2021, no valor de R\$1.722,00 (mil, setecentos e vinte e dois reais).

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Compete à CONTRATANTE:



6.1.1. Emitir a Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao estipulado em contrato, com reajuste inclusive, se for o caso;

6.1.2. Adotar todas as providências pertinentes ao acompanhamento, fiscalização e controle do objeto contratado, indicando um técnico para a fiscalização do contrato;

6.1.3. Efetuar os pagamentos à Contratada.

6.1.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução do objeto.

6.2. Compete à CONTRATADA:

6.2.1. Os fornecimentos serão feitos diretamente pela Detentora da presente Ata, em conformidade com as especificações detalhadas no ANEXO I, parte integrante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

6.2.2. Providenciar todas as condições necessárias ao fornecimento dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços.

6.2.3. Fornecer o objeto na forma e condições fixadas na Ata de Registro de Preços, mediante contratação do órgão ou entidade contratante, devidamente assinada pelo agente responsável, em conformidade com o Edital de Pregão que precedeu este ajuste e demais informações constantes do referido Pregão;

6.2.4. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a partir do recebimento do ofício.

6.2.5. Executar o objeto deste contrato diretamente ou na forma e condições previstas na Ata de Registro de Preços e no Edital de Pregão que precedeu este ajuste e seus anexos, vedada a transferência ou subcontratação, total ou parcial do objeto;

6.2.6. A contratada deverá obedecer com rigor toda legislação vigente e normas estabelecidas pelos órgãos afins para plena execução do objeto ora contratado;

6.2.7. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de São Paulo ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente contrato.

6.2.8. A contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais.

6.2.9. Todas as obrigações decorrentes da contratação como impostos, taxas, seguro obrigatório, inclusive multas na execução do contrato, serão de responsabilidade da Detentora.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, ou do objeto do contrato, em caso de entrega única.

7.1.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.



7.2. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, conforme Portaria nº 92/SF/2014.

7.2.1. A liquidação está condicionada à inexistência de pendências no CADIN Municipal.

7.3. A cada medição, em atendimento ao art. 6º do Decreto Municipal nº 48.184/07, a detentora da ata deverá apresentar também:

a) notas fiscais de aquisição dos produtos fornecidos;

b) na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar 3m³ (três metros cúbicos), cópia da última Licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou de documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado;

7.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no **BANCO DO BRASIL S/A**;

7.5. Quaisquer pagamentos não isentarão a Detentora das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos materiais.

7.6. Havendo atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva do Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais haverá compensação financeira.

7.6.1. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pelo Contratado, nos termos da Portaria SF 05/2012, publicada no DOC de 07/01/2012.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. A periodicidade anual para efeito de reajuste econômico terá como termo inicial a data limite para apresentação da proposta, nos termos previstos no Decreto 48.971/07.

8.1.1. Data limite para a apresentação da proposta: 03/10/2019.

8.2. Conforme determinado na Portaria SF nº 389/2017, será adotado como índice de reajuste, a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1. Conforme item VI da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Conforme item X da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

11.1 Constituem motivo para rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/93 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências lá indicadas, bem como na Lei Federal nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBORDINAÇÃO DESTES CONTRATOS

12.1. Este instrumento subordina-se às cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 36/SMSUB/COGEL/2019, do Edital, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02 e aos preceitos de direito público.

12.2. Aplicam-se supletivamente a este Contrato, os princípios e normas de direito privado, sobretudo as disposições do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A CONTRATADA, no ato da assinatura deste instrumento, apresentou os documentos constantes no item VI da Ata de Registro de Preços.

13.2. Ficam fazendo parte integrante deste, para todos os efeitos legais, o Edital de Pregão nº 038/SMSUB/COGEL/2019, seus Anexos e a proposta de preço da CONTRATADA inserta no Processo Administrativo nº 6012.2019/0001089-7, além da Ata de Registro de Preços Nº 36/SMSUB/COGEL/2019.

13.3. A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

13.4. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/02, as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas pertinentes.

13.5. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.6. A CONTRATADA não poderá transferir, subcontratar no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sob pena de rescisão automática.

13.7. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14. Fica eleito o Foro do Município de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes e 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 28 de maio de 2021.



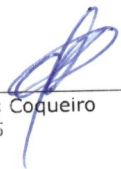
CAIO VINICIUS DE MOURA LUZ
SUBPREFEITO
SUBPREFEITURA LAPA
RG Nº 46.628.809-6
CPF Nº 358.363.408-03
CONTRATANTE

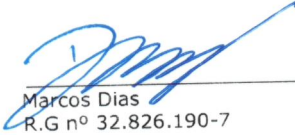
MARIA ALICE GOMES LOPES:00315638800

Assinado de forma digital por MARIA ALICE GOMES LOPES:00315638800
Dados: 2021.06.04 10:16:30 -03'00'

A A PEDRA BRUTA COMÉRCIO DE MATEIRAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME
MARIA ALICE GOMES LOPES
RG Nº 10.221.912-6
CPF Nº003.156.388-00
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


Miguel dos Santos Coqueiro
R.G. nº 8.809.735


Marcos Dias
R.G nº 32.826.190-7

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE PROCEDÊNCIA LEGAL DE
PRODUTOS MINERÁRIOS**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO **AREIA MÉDIA LAVADA** ÀS SUBPREFEITURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SPUA.

DECLARAÇÃO

Prezados Senhores,

Em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.184/2007, de 13 de março de 2007, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a aquisição de produtos de empreendimentos minerários e sua utilização em obras e serviços pela Administração Pública Municipal, eu, MARIA ALICE GOMES LOPES, RG Nº 10.221.912-6, legalmente nomeada representante da empresa A A PEDRA BRUTA COMÉRCIO DE MATEIRAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME, CNPJ 16.907.212/0001-97, e vencedor do procedimento licitatório supramencionado, **DECLARO**, sob as penas da lei, que, para o fornecimento do objeto da referida licitação, somente serão fornecidos produtos de empreendimentos minerários devidamente licenciados, por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ficando sujeito às sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no inciso V do § 8º do artigo 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das implicações de ordem criminal estabelecidas em lei.

Guarulhos, ____ de _____ de 2021.

**MARIA ALICE GOMES
LOPES:00315638800**

A A PEDRA BRUTA COMÉRCIO DE MATEIRAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME
MARIA ALICE GOMES LOPES
RG Nº 10.221.912-6
CPF Nº 003.156.388-00
PROCURADORA

Assinado de forma digital por MARIA
ALICE GOMES LOPES:00315638800
Dados: 2021.06.04 10:16:57 -03'00'

